

CARDOSO; Pedro Henrique Chaves¹, SOARES; Laura Cristina Eiras Coelho²

RESUMO

O presente resumo apresenta como tema central o campo da violência contra crianças e adolescentes. Partiu-se da inquietação a respeito de como o sistema de garantia de direitos (SGD) tem compreendido e contribuído para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de violência no contexto. Assim, a promulgação do ECA modificou as políticas públicas infanto-juvenis no Brasil e para atender às disposições do ECA, fez-se necessária uma articulação entre as instâncias municipais, estaduais e federais das instituições que tratam da infância e adolescência – dando-se o nome de SGD –, que atuam em rede para certificar-se do cumprimento do ECA, dividindo-se em três eixos: promoção (atendimento), controle (vigilância do cumprimento das leis – aqui se insere a Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente) e defesa (reivindicação dos direitos). Desta forma, o trabalho insere-se na modalidade Grupo de Trabalho, no Eixo Temático Psicologia Social Crítica, Pandemia e Inclusão/Exclusão Social. O objetivo central da investigação foi compreender como psicólogas(os) e delegados(as) têm-se adaptado para o enfrentamento da violência no contexto de isolamento social devido à pandemia de COVID-19. Escolheu-se a metodologia qualitativa sendo executada em duas fases. A primeira é a revisão bibliográfica da produção acadêmica brasileira acerca do tema de violência contra crianças e adolescentes, nas plataformas PePSIC e SciELO, restringindo-se aos últimos cinco anos – dada a promulgação da Lei n. 13.431/17 – que estabeleceu o SGD para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência – utilizando-se diferentes combinações dos descritores: violência, criança, adolescente, pandemia, quarentena, isolamento, polícia, sistema de garantia de direitos. A segunda fase será composta de entrevistas semiestruturadas com profissionais psicólogas(os) e delegadas(os) da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente da Polícia Civil de um Estado do sudeste brasileiro. A análise dos dados coletados nas entrevistas será realizada pelo método de análise temática de conteúdo. Na primeira etapa, com a busca realizada na plataforma PePSIC, encontraram-se 263 artigos quando combinados os termos violência, criança, adolescente. Na SciELO, encontraram-se 181 artigos com a mesma combinação, retirando-se os duplicados. A partir da leitura dos títulos e resumos, foram suprimidos 101 por não mencionarem as crianças e adolescentes enquanto vítimas de violência intrafamiliar, resultando em 80, que estão sendo lidos em sua integralidade. Cabe apontar que, ao refinar a pesquisa para o contexto de quarentena e isolamento, foram encontrados apenas 3 artigos. Na análise empreendida infere-se que essa baixa produção pode dever-se ao tempo de publicação das revistas e periódicos, mas também por ainda estarmos inseridos nesse contexto pandêmico. A escolha por outros modos de publicação, como livro de acesso aberto podem ter sido priorizadas pensando-se na necessidade de uma reflexão mais imediata sobre o contexto vivenciado. Por fim, pretende-se contribuir para a ampliação do campo da Psicologia Social Jurídica, fundamentando a necessária atualização e os caminhos da produção e divulgação científicas sobre o campo da proteção à infância e juventude, bem como seus efeitos na formação dos profissionais que irão atuar no SGD.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra crianças e adolescentes, Sistema de Garantia de Direitos, Psicologia Social Jurídica, Isolamento social

¹ Aluno do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, pedrohccardoso4@gmail.com

² Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, laurasoaespsi@yahoo.com.br

